

# O MAPEAMENTO COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA DE DENÚNCIA E RESISTÊNCIA CONTRA OS CONFLITOS GERADOS PELA ASSOCIAÇÃO ENTRE ESTADO E O GRANDE CAPITAL: O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS) - PE

Girlan Cândido da Silva <sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo versa sobre como a cartografia social está sendo um instrumento de luta e de resistência para as comunidades tradicionais que estão sofrendo ataques ao seu território de vida por parte dos empreendimentos do grande capital que atua em conluio com o Estado, Estado este que perdeu o sentido de mediador em situações de conflito e se pondo, cada vez mais, a disposição do capitalismo. Neste sentido, o trabalho tem como recorte espacial o estado de Pernambuco, mais precisamente entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, situ a Região Intermediária e Imediata de Recife nos territórios em que hoje está situado o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e de que modo este vem se apropriando indevidamente do território das comunidades ali existentes. Assim, utilizamos a cartografia social como sendo um elemento para dar visibilidade às comunidades que não existem nos mapas oficiais do Estado bem como identificar os problemas que vem ocorrendo naquele espaço em decorrência dos conflitos promovidos entre as comunidades e o empreendimento estatal privado. Tomamos como parâmetro de entendimento dos conflitos existentes o conceito chave de território e o de cartografia social e mapeamento participativo, bem como a construção de mapas a partir de softwares específicos de cartografia como o Qgis e o OpenStreetMap que serviram de base para relatar e visibilizar o problema de modo mais claro.

**Palavras-chave:** Cartografia social, Mapeamento Participativo, Território, Estado, Conflito.

## RESUMEN

Este artículo trata de cómo la cartografía social se está convirtiendo en un instrumento de lucha y resistencia para las comunidades tradicionales que sufren ataques a su territorio por parte de grandes empresas que actúan en connivencia con el Estado, un Estado que ha perdido su sentido de mediador en situaciones de conflicto y se pone cada vez más a disposición del capitalismo. Teniendo esto en cuenta, el trabajo se centra en el estado de Pernambuco, más concretamente entre los municipios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, en la Región Intermedia e Inmediata de Recife, en los territorios donde hoy se ubica el Complejo Industrial Portuario de Suape (CIPS), y cómo éste se ha ido apropiando indebidamente del territorio de las comunidades allí asentadas. Así, utilizamos la cartografía social como elemento para dar visibilidad a comunidades que no existen en los mapas oficiales del Estado, así como para identificar los problemas que se han venido produciendo en ese espacio como resultado de los conflictos promovidos entre las comunidades y la empresa privada estatal. Utilizamos el concepto clave de territorio, la cartografía social y la cartografía participativa como parámetros para comprender los conflictos existentes, así como la construcción de mapas utilizando software cartográfico específico como Qgis y OpenStreetMap, que sirvieron de base para informar y visualizar la problemática con mayor claridad.

**Palabras clave:** Cartografía social, Cartografía participativa, Territorio, Estado, Conflicto.

---

<sup>1</sup> Doutorando do programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [girlan.silva@ufpe.br](mailto:girlan.silva@ufpe.br);



## INTRODUÇÃO

Os mapas, muito além de uma simplória representação territorial em escala reduzida a um papel, sempre foram sinônimo de conhecimento e de informação relevante sobre determinados espaços terrestres, sobretudo de um aporte aos contextos políticos nos quais poderiam ser constantemente modificados em concordância com o interesse econômico e político sobre o ambiental e o social. Neste sentido, aquele que detinha o domínio das informações contidas no documento mapa, teriam facilmente o total domínio de qualquer território existente. Esta pesquisa desponta sobre a importância da cartografia social e dos mapeamentos participativos em comunidades que são diretamente afetadas pelas grandes obras do Estado em conluio com o grande capital e que sofrem cotidianamente a violação dos seus territórios, tendo como palco principal o espaço correspondente ao Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), situ entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Tal pesquisa apresenta como recorte as comunidades Serraria, Mercês e Tiriri que buscam, a partir do mapeamento participativo, formas de mitigar os impactos provocados em seus territórios devido ao avanço dos empreendimentos propostos pelo CIPS.

## METODOLOGIA

Assim, como um processo conceitual e metodológico, adotamos os preceitos da cartografia social como sendo uma forma inclusiva, transformadora e legitimadora de territórios nos quais as comunidades que são invisibilizadas dentro dos mapas oficiais, possam ter visibilidade e conseqüentemente incida na adoção de ações em forma de resistência e luta pelos seus territórios e espaços de vida, sobretudo de modo jurídico nos quais muitas comunidades tem conseguido minimizar os efeitos nocivos especialmente do Estado e do *modus operandi* dos capitalistas, voltando a adquirir direitos importantes ora perdidos sobre seu próprio território, embora nem sempre em sua totalidade, mas direitos estes que contribuem para uma atuação mais autônomo-comunitária destes espaços. Neste sentido, foram feitas visitas no campo de estudo, reuniões e oficinas junto as comunidades a fim de obter informações necessárias para a confecção dos documentos mapeados. Para obtenção dos mapas, foram utilizados softwares específicos ao geoprocessamento tais quais o Qgis Desktop versão 3.16.2 with Grass 7.8.4 e o ArcMap (da plataforma Esri ArcGis) em sua versão 10.8. Tais informações

produzidas pelas comunidades foram tratadas nestes programas supracitados, georreferenciados e estruturados em mapas, gerando documentos essenciais para a interpretação e formas de defesa dos territórios destas comunidades envolvidas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O território sempre foi alvo de disputas pelas nações como forma de ampliar suas áreas de atuação e exploração, além do mais quanto mais o Estado-nação tivesse territórios ampliados, maior seria sua força não somente no cunho da política mas também de dominação.

Nesse aspecto, Sendo assim, para Haesbaert, o contexto de território surge com uma dupla conotação “material e simbólica”, pois pode ter sentido como “terra – territorium” bem como de “terreo-terror (terror, aterrorizar)”. Ou seja, o território:

“Tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar” (HAESBAERT, 2005 p.6774).

Para Saquet, os pensamentos de Machiavelli, materializados em sua obra O Príncipe foi quem mais influenciou os conceitos sobre território nos séculos XVII e XVIII, o que para muitos pensadores, foi o primeiro a refletir sobre a questão do Estado, pois sua narrativa demonstra como se representava e se evidencializava as formas do poder como relação de autoridade, como ocupação, apropriação e administração destes lugares associadas à cultura (tribos, tradições, princípios e outros) o que, para Saquet nada mais seria do que a representação da sociedade em relação aos componentes dos mercados, expansão de áreas na época, além da reprodução do domínio cultural e político pelas forças dominantes (SILVA, 2011).

Atualmente a concepção de território está além de uma mera conquista por ampliação de domínios territoriais, como forma de crescimento do poderio estatal. Hoje, o território perpassa também pelo contexto do vivido, da busca por um espaço podendo este ser de grupos, de comunidades, de pessoas e que, dependendo da situação no qual este território exista, pode ser alvo de disputas tomando como conluio e concordância os interesses do capitalismo (que atua como um novo agente de interesse territorial) e do próprio Estado.

E os efeitos de tomada territorial proposto pelo grande capital não são dispares do que ocorria quando apenas o estado tinha interesse em determinados territórios. Como a citação do Haesbaert, o capital utiliza-se de verdadeiras formas terroristas para conquista e domínio dos territórios almejados. Esta forma de intimidação aparece muito quando observamos os moldes propostos a exemplo de comunidades indígenas sejam elas onde forem pois o modus operandi é praticamente igual em todos os territórios.

Comunidades como as indígenas, a exemplo, sofrem com essas tomadas territoriais onde, com o conluio do estado e em muitos casos do próprio poder judiciário, contribuem para que haja um processo de desterritorialização ou sua expulsão. Modos já conhecidos como a grilagem de terras, a tentativa de construção de leis que visam a exploração de terras em áreas ocupadas por comunidades, a ampliação constante e cotidiana das frentes agrícolas em territórios preservados são modos evidenciados sobre as formas de pressão exercidas.

É dentro deste contexto político que os mapas tem muito a contribuir no sentido em que possa haver, por parte das comunidades, o processo de resistencia e luta pelos territórios, a partir da cartografia social e dos mapeamentos participativos.

A cartografia social e mapeamentos participativos surgiram a partir de uma necessidade oriunda das comunidades e de pessoas que tem seu território impactado por algum problema ou pelo simples fato de não existirem nos mapas oficiais. Assim, Viana afirma que:

A cartografia social surgiu da constatação de que os impactos sociais de uma iniciativa desse porte não aparecem no mapa se não forem indicados pelas pessoas que vivem no lugar. E o que entra nesse mapa? Tudo que essas pessoas indicarem como relevante e significativo (VIANA, 2023 p. 07).

Tendo como parâmetro este princípio, não é o geógrafo pesquisador ou qualquer outro cientista que trabalhe com mapeamentos participativos que vai decidir o que deve ser representado no mapa. Isso requer exclusivamente da comunidade que vai debater o que vai ser representado e exposto ou não e como tal nos mostra a importância dos debates entre os pesquisadores e os pesquisados em reuniões prévias sobre o que se pretende ou não mapear.

Vale a pena ressaltar que o mapa é documento e nesse contexto, dependendo do que for cartografado pela comunidade, o produto pode servir como elemento que pode ir ao caminho inverso do que a comunidade pleiteia. Um mapa nas mãos erradas de um órgão gestor que esteja em conluio com o grande capital a exemplo, pode resultar em um grande e grave problema para

a comunidade pois as informações lá contidas podem ser alvo de cobiça e de novos embates pelo território.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Já ouvimos muitas vezes as informações de que os mapas serviram para que a classe dominante representativa do poder os utilizasse como forma de expansão e de domínio territorial, uma vez que o território para Ratzel é considerado como sendo o espaço existente, delimitado pelo Estado, e que exercia neste as relações de poder e de dominação. E justamente para que houvesse este planejamento e processo de expansão territorial pelo Estado, fazia-se necessário um prévio conhecimento dos territórios uma vez que a escolha e disputa destes territórios se dariam a partir das representações cartográficas disponíveis à época.

Com o passar do tempo e da evolução dos espaços, os mapas se transformaram em documentos essenciais para o entendimento, configuração e reconfiguração territorial, em concordância com as esferas de poder a ele ligada. Logo, o mapa, além de trazer uma linguagem “relativamente fidedigna” sobre os espaços, passaram a ser considerados como instrumentos essenciais a tomada de decisões nos territórios e sobretudo a manipulação dos modos de produção, dos povos, comunidades e dos elementos da natureza.

Fazemos questão de trazermos à tona deste escrito o termo “relativamente fidedigna” pois isso vai variar bastante (positiva ou negativamente) de acordo com a conveniência daquilo que deve ou não ser registrado no mapa. Muitas vezes, os mapas reais em relação ao que existem nos territórios, podem demonstrar elementos nos quais não somente o estado, mas também o grande capital geralmente quer esconder uma vez que, se estas informações vierem a ser declaradas, podem propiciar um grande fator de risco aos planos daqueles que estão em constante gerenciamento e expansão dos territórios devido a uma possível repercussão negativa principalmente com a opinião pública.

A exemplo da nossa narrativa, temos as grandes empresas capitalistas consorciadas a órgãos do Estado que visam a expansão territorial em nome de um “desenvolvimento” econômico, mas que estão em constante processo de disputas territoriais com comunidades tradicionais existentes a seu entorno. Geralmente, estas comunidades não estão representadas nos mapas ditos oficiais que são confeccionados por estes gestores, resultando em uma espécie

de “visão superficializada” do território, fazendo com que a verdadeira feição territorial seja “camuflada” por trás de uma realidade que não é, de acordo com seus interesses, visibilizada, relatada e documentada no mapa.


Nesse contexto, entramos no mote do sujeito de estudo alvo desta pesquisa apresentada que é o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), localizado entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, e que se transformou no empreendimento econômico mais importante do Estado de Pernambuco. Porém, mesmo tendo o Estado enquanto financiador e organizador dos territórios, existe também a influência privada uma vez que tais territórios estão sendo cedidos para que variadas empresas possam por lá se instalar.

Entretanto, o que a CIPS, os grandes capitalistas e o próprio Estado de Pernambuco não documentam nos mapas oficiais é que, tais territórios nos quais estão sendo disponibilizados para que o CIPS possa ter esse vertiginoso crescimento econômico e conseqüentemente territorial, são as comunidades que tiveram seus territórios subtraídos, violados e completamente modificados sob pretexto de um crescimento econômico e social que nunca os atingiu.

Estamos falando de comunidades de pescadores, moradores de engenho desapropriados, porém legitimados em seu território justamente pelo INCRA (representado pelo Estado), marisqueiros, quilombolas dentre outros que por sua vez nunca foram visibilizados pelos mapas oficiais, mas que enfrentaram – e ainda enfrentam - batalhas desproporcionais atualmente contra o grande capital que anda em conluio com o Estado.

Antes de ter o porte territorial que atualmente se configura, existiam nos espaços cedidos para implantação de Suape um total aproximado de 22 engenhos em uma área de 13.500 hectares de terra, sendo a CIPS criada pela força de lei estadual n. 7.763 de 1978. Dentro do território antes pertencentes aos engenhos, houve um novo processo de territorialização feita pelo próprio CIPS nos quais divide-se em: Zona Industrial Portuária, Zona de Processamento de Exportação, Zona de Preservação Cultural, Zona Central Administrativa, Zona Industrial Periférica, Zona Agrícola Florestal e Zonas de Preservação Ecológica.

Todos os territórios destes engenhos, sem exceção, foram invadidos e violados por esta nova territorialização feita pela CIPS de modo drástico e com conseqüências extremamente negativas. Entretanto, dentro dos 22 engenhos, temos três que se tornaram destaque e hoje se configuram como objeto de estudo desta pesquisa (vide o mapa 01) a saber:



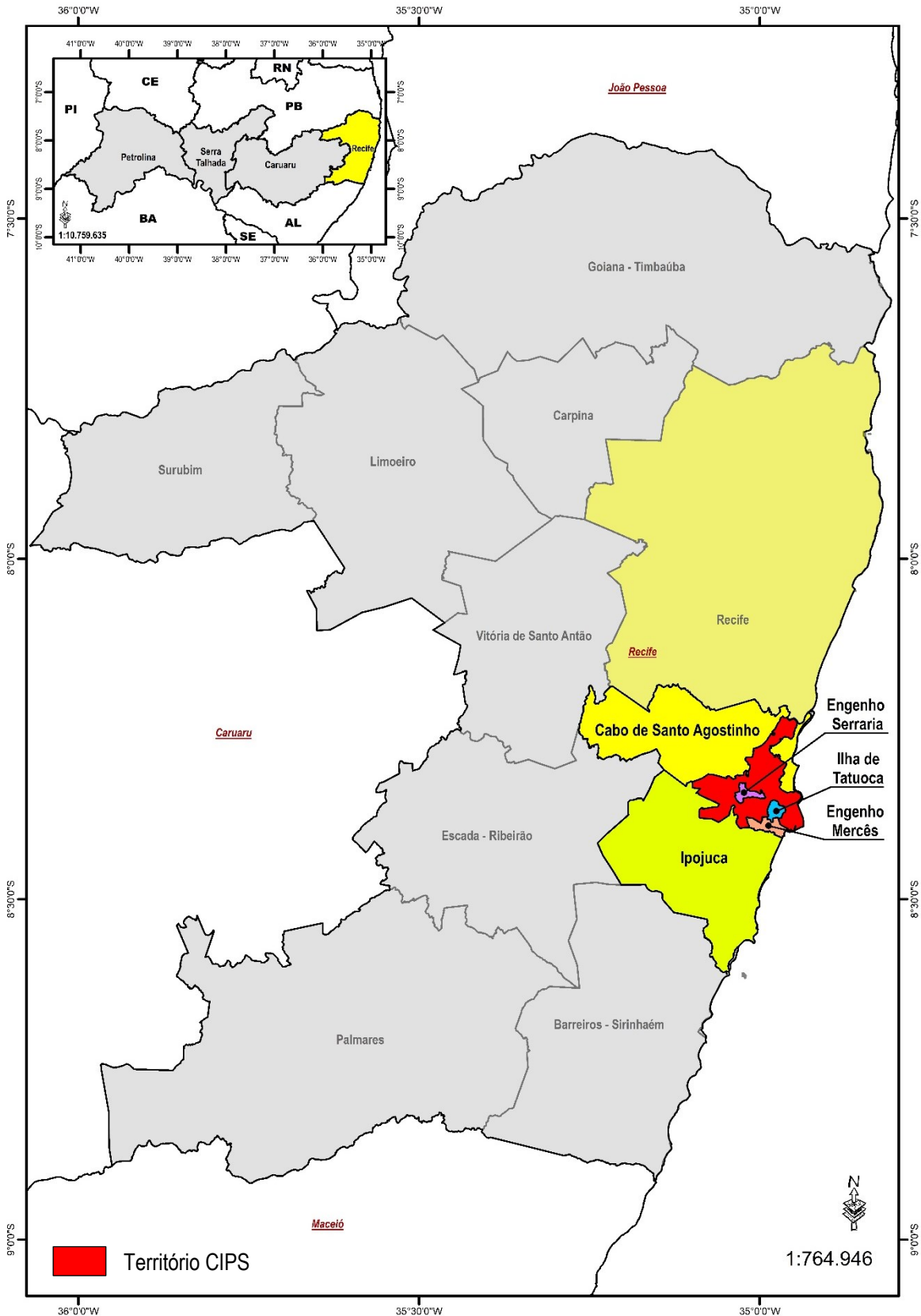
**A comunidade Engenho Mercês:** O antigo território de domínio da cana de açúcar passou a ser reconhecida recentemente como sendo um território quilombola, o que possibilitou uma certa “segurança” territorial para os seus moradores que se localiza na Zona de Processamento de Exportação a partir da regionalização feita pelo CIPS mas que, sofre um processo de “esmagamento” do seu território devido as empresas que estão sendo implementadas na região (conforme visualização do mapa 02), ou seja, ela está literalmente “espremida” entre a Refinaria Abreu e Lima e entre indústrias nos quais ainda estão sendo instaladas e porto de Suape, empreendimentos estes que foram locados no antigo e mais amplo território da comunidade.

**O Engenho Serraria:** atualmente é localizado na chamada Zona Industrial Periférica promovido pela CIPS, ainda em fase de expansão e, decorrente a isso, passa ainda por um processo de luta devido as pressões feitas pela CIPS para desocupação territorial que se faz de formas vis. A principal forma de desestruturação territorial proporcionado como uma forma estratégica do Estado é “cortar” a comunidade ao meio, entre rodovias tais como a PE 060 e a rodovia TDR, a partir da construção de muros que obstrui a passagem de pessoas ao longo da rodovia, impossibilitando a comunicação e o acesso entre famílias ou, caso seja feita, deve ser a partir do pagamento de pedágios) e

**A Ilha de Tatuoca,** localizado quase que sua totalidade na Zona Industrial Portuária (território este que ainda envolve a Ilha da Cana e a Ilha de Barreiros) sendo este o mais crítico de todos devido ao elevado percentual de desterritorialização existente nos quais grande parte dos sítiantes foram forçados à migração para vilarejos sem estrutura básica de manutenção tanto a moradia quanto a vida, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, cerceados da possibilidade de exercer suas antigas funções laborais de coleta e pesca devido ao “cercamento” feito e fiscalizado por Suape com segurança fortemente armada (uma vez que neste território foi implementado o Estaleiro Atlântico Sul e por isso considerado como área extremamente restrita) impedindo qualquer pessoa de se aproximar do seu antigo território, conforme representação no mapa 02.

Vale salientar a título de esclarecimento no mapa 02, os espaços que estão representados na coloração amarela correspondem ao que seria a totalidade do território das comunidades, ANTES da chegada do “desenvolvimento” proporcionado pelo Estado. Os espaços que estão poligonalmente representados na coloração preta são, atualmente, os territórios que foram tomados pela CIPS e que hoje assumem uma nova espacialidade desenhada pelo empreendimento.

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE NA  
REGIÃO INTERMEDIÁRIA E IMEDIATA DE RECIFE E SUA ORGANIZAÇÃO ENTRE OS  
MUNICÍPIOS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA COM DESTAQUE PARA OS  
ENGENHOS MERCÊS, TATUOCA E SERRARIA







Tal comunidade foi inserida em uma espécie de “arruado” onde estas famílias sobrevivem em microespaços que não possibilitam o meio de sobrevivência, uma vez que estamos nos referindo a comunidades que tinham como seu sustento de vida a pesca e aquilo que se plantava e colhia enquanto agricultura familiar e que seu excedente seria comercializado nas feiras locais. Atualmente a comunidade se vê sem qualquer perspectiva de vida e de renda.

A realidade destas comunidades estudadas está sendo exibida no mapa 02 que demonstra as formas que Suape utiliza como maneira de expulsão destes moradores.

Chamamos a atenção para as formas vis encontradas para a expulsão dos sitiantes nos quais tinha a grilagem como forma inicial de destituição territorial, bem como as ameaças, os cercamentos, as derrubadas dos sítios e das residências, a segurança privada (e corroborada pelo Estado em conjunto com a Polícia Militar de Pernambuco), as promessas de melhoria de vida e emprego que nunca foram cumpridas, dentre outras.

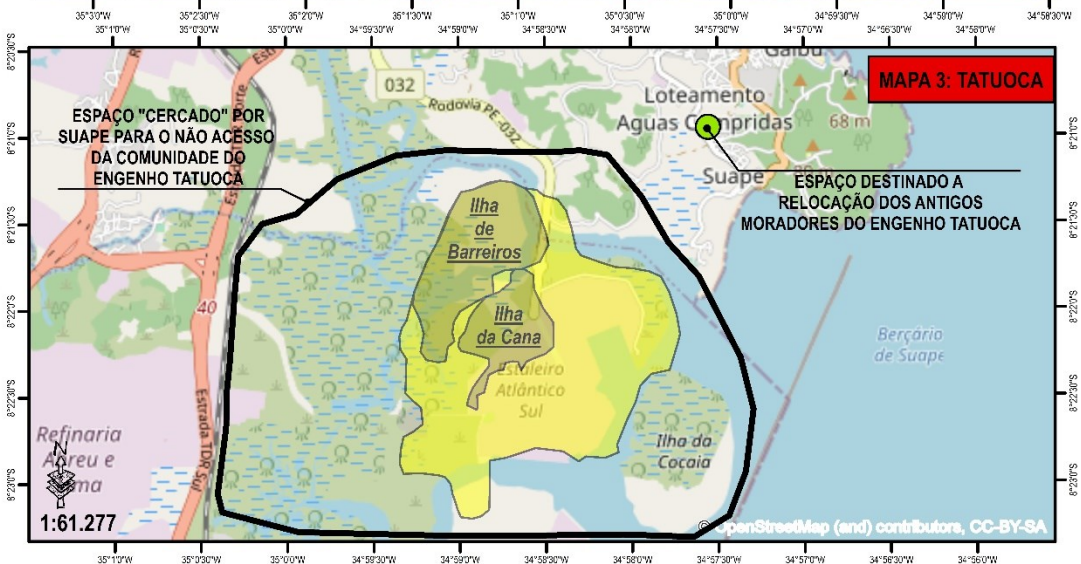
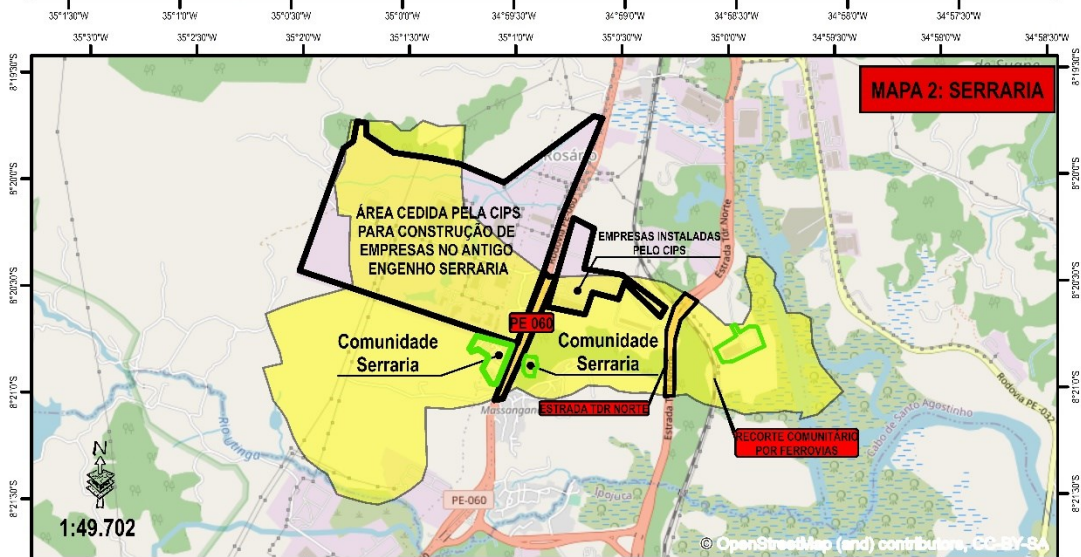
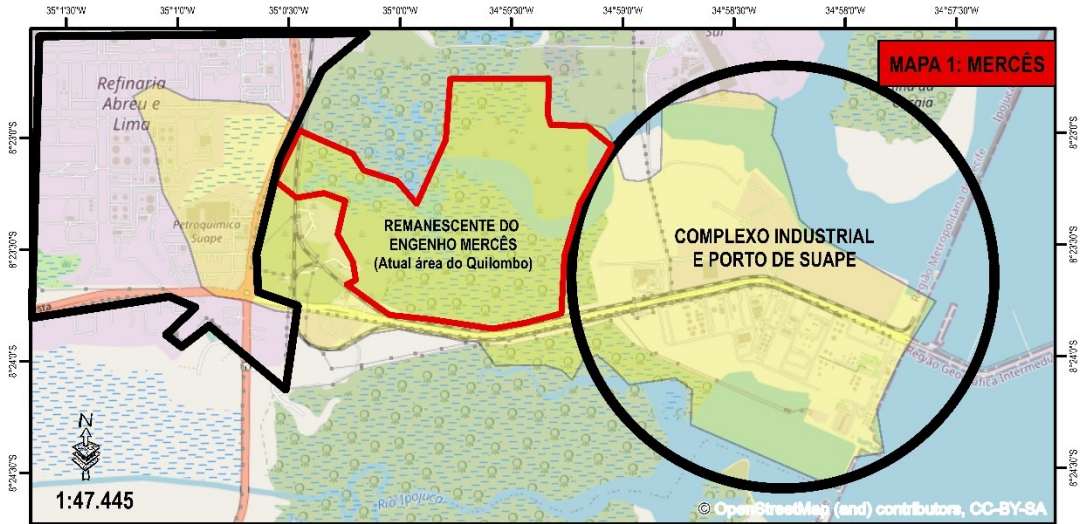
No mesmo aspecto, observamos que o crescimento vertiginoso do CIPS que futuramente terá sua nomenclatura modificada para EMPRESA SUAPE vai acarretar mais dificuldades, não somente para as comunidades que ainda resistem no território da CIPS mas também em outros territórios, vide o plano de expansão para além de 2030.

Muito além de uma mera mudança de nomenclatura, o projeto estipulado para pós 2030 delimita e demarca novos territórios nos municípios entorno no que antes era o espaço determinado pela zona da Mata e que, a posteriori foi denominado de zona da Cana (atualmente em declínio na região). O fato de serem criadas hinterlândias acabam por colocar em risco comunidades de outros municípios da mesma forma e modelo que aconteceu com os que existiam entre o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em uma espécie de *dejavú* socio territorial no qual já temos conhecimento sobre como elas são finalizadas.

O mapa 03 nos demonstra uma dimensão do que seria esta nova hinterlândia reflexo desta nova territorialidade de expansão da chamada empresa Suape. Este mapa nos deixa claro que, além de suas fronteiras iniciais, tanto o investimento do capital privado quanto o do Estado que age enquanto promotor de construção de novas territorialidades, está cada vez mais aumentando.



MAPA 02: FORMAS DE MANIPULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS  
PROMOVIDOS PELO ESTADO E PELO GRANDE CAPITAL EM RELAÇÃO AOS ENGENHOS  
PESQUISADOS: MERCÊS, SERRARIA E TATUOCA

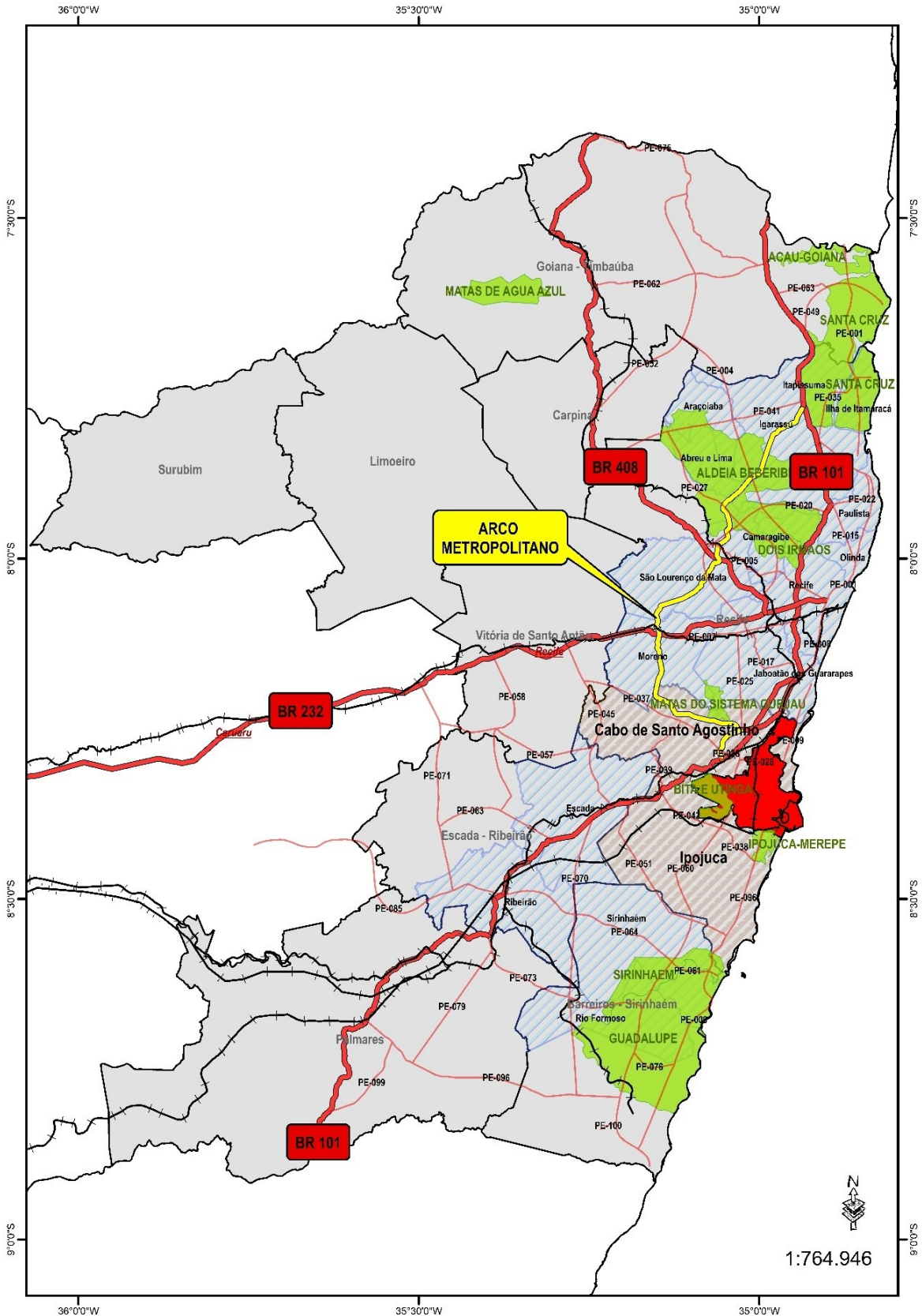


Assim, observamos Suape em três escalas distintas:

- A primeira escala corresponde a atual área da CIPS que está situada entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, representada no mapa pela coloração avermelhada.
- A segunda escala de influência da Empresa Suape corresponde ao demais território dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, território este que já apresenta consideráveis níveis de desorganização urbana e estrutural pois muitos destes espaços estão sendo desterritorializados para que possam dar suporte a empresas que necessitem de proximidade do porto, como as de produtos alimentícios que são mais perecíveis e que não suportariam grandes deslocamentos logísticos. Com isso, os territórios remanescentes dos camponeses que ali detinham direitos trabalhistas com usineiros ou de cidadãos e que viviam pelos territórios mais urbanizados, estão sendo expulsas, provocando uma espécie de “êxodo rurano” para as periferias (inclusive já saturadas, observando uma demanda existente de trabalhadores que são originados de outros estados que buscam a região para tentar melhores condições de vida) de ambos municípios, sem qualquer infraestrutura básica para absorver essa demanda social e apresentando como resultado o surgimento de espaços de violência e medo, de tráfico, de marginalização social e econômica em todas as suas esferas, sendo esta representada pela cor vermelha hachurada.
- A terceira escala de influência correspondem aos demais municípios entorno que como já mencionado eram territórios de cana de açúcar e que, a partir dessas novas demandas por espaço, estão sendo também desterritorializadas (incluindo aí a própria cultura da cana). Possibilitados e facilitados pela abertura e ampliação de estradas anteriormente vicinais e que se transformaram em rodovias estaduais, estas foram e estão sendo as responsáveis pela modificação paisagística local a partir de instalações industriais e logísticas nestes territórios recém-criados. Neste sentido, atualmente, além da Região Imediata de Recife, também estão tendo seu território transformado as Regiões Imediatas de Escada-Ribeirão e a de Barreiros-Sirinhaém, presente no mapa na cor azul hachurada.



MAPA 03: ESCALA DE INFLUÊNCIA RESULTANTE DA AMPLIAÇÃO DA EMPRESA SUAPE  
NAS REGIÕES IMEDIATAS DE PERNAMBUCO



Fonte: Base de dados do IBGE, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2023

Além disso, a criação do chamado Arco Metropolitano irá possibilitar um acesso facilitado entre a parte ao norte de Recife com Suape, uma vez que sua construção há de desafogar o fluxo viário já sobrecarregado na principal rodovia que liga tais localidades, que é a BR 101 e assim facilitará o escoamento das empresas recém-chegadas ao lado Norte de Recife, como a Stellantis (Jeep) a exemplo.

### **A CARTOGRAFIA SOCIAL E MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS COMO FORMA DE LUTA SOCIAL FRENTE AS INVESTIDAS DO ESTADO E DO GRANDE CAPITAL**

Conforme já mencionamos anteriormente, a cartografia social é uma maneira de auto mapeamento, geralmente feita por comunidades tradicionais para legitimação de seu próprio território dentro de um mapa. Este pode assumir várias nomenclaturas, podendo ser conhecida também como descartografias, cartografias avessas, contracartografias, cartografias decoloniais, dentre outras formas de identificação. Neste aspecto, a cartografia social e os mapeamentos participativos são considerados como uma forma alternativa de mapeamento, sobretudo por parte das comunidades que não são visualizadas, seja de modo proposital ou não, no documento mapa.

Nesse aspecto, reafirmamos que a cartografia social são formas próprias de auto cartografar sociedades e coloca-las em evidencia em conjunto aos seus próprios territórios uma vez que, por via de regra, grande parte destas comunidades acabam sendo marginalizadas, invisibilizadas ou “esquecidas” pelo capital ou pelo próprio Estado que geralmente utiliza do documento mapa para “legitimar” a invasão desses espaços comunitários, através de um processo de seletividade espacial, com a finalidade única de tomada e apropriação destes territórios os quais não são a estes pertencentes.

O pontapé inicial se deu com os trabalhos desenvolvidos pelo professor Alfredo Wagner com o projeto Nova Cartografia Social na Amazônia nos quais vem denunciando, a partir do olhar comunitário, como o Estado e o capitalismo predatório vem tomando seus territórios e ajudando a geolocalizar tais territórios até então marginalizados pelos mapas oficiais.

Apesar de ter sido mais difundido pelos antropólogos e outros profissionais de áreas afins, os geógrafos recentemente estão fazendo uso da ferramenta metodológica e fomentando debates sobre como a cartografia social pode contribuir para a compreensão e a dinâmica dos territórios comunitários sob o prisma do avanço e das ameaças promovidas pelo Estado e pelo capitalismo

às comunidades. Tais mapas produzidos sob a ótica dos ameaçados se mostram bastante reveladores quando são inseridos dentro do eixo da cartografia cartesiana, nos demonstrando sobre as formas promovidas para que haja a criminalização e as decisões de tomada destes territórios sociais.

Neste sentido, como forma de dar a visibilidade para o fato acontecido em Suape através do CIPS, é onde entra a cartografia social como uma maneira de identificar os problemas nos quais tais comunidades vem sofrendo e até mesmo para que eles possam aparecer em definitivo nos mapas enquanto comunidades que ainda estão vivas, existentes e re-existent em meio a um território que, por direito, são legitimamente suas mas que foram extirpadas a força em razão de um processo econômico extremamente covarde e desleal em tais comunidades.

Assim, de acordo com o trabalho cartográfico que foi feito junto com a comunidade e que se encontra descrito na parte da metodologia deste, o produto do mapeamento desenvolvido com as três comunidades em questão nos apontou uma realidade bastante crítica nos quais os territórios vêm sofrendo como consequência direta da expansão do capital, em conluio com o Estado, sobre tais comunidades. As violências e truculências praticadas pela CIPS (que adotou um sistema de “milícia” contratando seguranças particulares para “proteger” o território) e em associação com a Polícia Militar de Pernambuco e Polícia Civil de Pernambuco (que estão atuando como agentes intensificadores do problema e não pacificadores como deveriam ser) estão impondo preocupação e medo nos moradores.

Em relatos feitos pela comunidade, as “milícias armadas de Suape” como assim eles o chamam, fazem rondas constantes, observando todos os movimentos que são feitos pela comunidade: quem sai, quem entra, porque de ter recebido pessoas estranhas, o porquê de estar plantando produtos que são para seu próprio sustento ou destruindo roçados que já estão plantados pelas pessoas da comunidade, derrubando cercamentos limítrofes entre os territórios comunitários, impedindo qualquer tipo de melhoria estrutural das residências ou até mesmo destruindo residências.

Além disso, a cartografia social nos mostrou um verdadeiro descaso com a natureza, nos quais rios foram barrados e represados, fazendo com que manguezais fossem gradativamente sendo destruídos e que os animais que viviam nestes mangues fossem ficando cada vez mais escassos, fato este que gerou uma grave consequência para os pescadores artesanais locais, tendo em vista que estes peixes e crustáceos eram coletados tanto para o sustento das famílias

como também para a venda do excedente as margens das rodovias ou nos mercados locais. Em relação a este fato, a denúncia feita pelos moradores e sendo este representado no mapa elaborado, acabou tendo repercussão positiva para os denunciante, uma vez que, a partir do que estava exibido no mapa, o CIPS foi obrigado a reabrir, mesmo com certa resistência, o espaço no qual o rio estava barrado. Este fato foi um importante passo para a melhoria de vida não somente das comunidades, mas também da própria natureza que agora volta a ter o fluxo do rio “normalizado” (mesmo que não seja em sua totalidade ainda) e possibilitando o ecossistema manguezal de se reestabelecer e se renovar.

Outro ponto que merece destaque e que foi relatado pela comunidade (e que também foi representado no mapa 02) são as pressões feitas por Suape nos territórios que ainda estão em posse das comunidades. Nota-se que nas circunvizinhanças destas comunidades são apenas de empresas que foram loteadas nos espaços destes grupos comunitários e que ainda continuam a ser implementadas com a chegada de novos empreendimentos. A exemplo disso temos a situação do quilombo Mercês conforme visto no mapa 02, mas que, embora tenha sido reconhecido enquanto quilombo pela Fundação Palmares, seu território ainda permanece ameaçado. O mesmo processo acontece no Engenho Serraria, sendo cada vez mais espremida por empreendimentos e tendo o agravo das cercanias proporcionadas pelas rodovias e elos de acesso tanto às empresas quanto ao porto.

Do mesmo modo, todas as comunidades pesquisadas e cartografadas socialmente questionam a ausência do estado de Pernambuco no tocante a melhoria de suas situações sociais. Nos espaços ainda resistentes, observa-se a escassez de infraestrutura sanitária, médica e social. Também existem relatos das comunidades sobre a necessidade de melhorias nos transportes públicos (cujas comunidades são atendidas por poucas linhas de ônibus distribuídos em longos horários de espera entre elas) e em escolas (sobretudo de ensino médio nos quais os alunos precisam percorrer longos percursos para estudar ou na sede do Cabo de Santo Agostinho ou na sede do Município de Ipojuca). Quanto ao ensino fundamental, existem em quantidades insuficientes escolas no entorno próximos das localidades de moradia com agravo de conseguem comportar os estudantes de modo consideravelmente precário.

Não diferente, a violência também tem sido uma outra preocupação dos moradores nos quais fora relatado e demonstrado no mapeamento comunitário. Houve um considerável aumento no tráfico de entorpecentes ilícitos, fato este que repercute diretamente no avanço da violência alinhada a uma falta de monitoramento das forças policiais, o que torna o território

das comunidades mais perigoso. E isso foi alvo de questionamentos por parte dos moradores pois quando existem denúncias feitas por Suape contra os moradores nos territórios que são seus por direito, a força policial sempre se faz presente e atua com bastante truculência, mas quando é a vez do cidadão que, ao solicitar apoio policial devido a fatores ligados a violência, ela não se faz presente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cartografia social parte de uma metodologia participativa nos quais a comunidade é o ator principal dentro do “palco” territorial, montando seu enredo na trama do espaço geográfico e descrevendo sua história a partir de representações, legendas, desenhos, geossímbologias, dentre outros, decidindo o que e como elas devem ser cartografadas e representadas dentro dos mapas e, desta forma, desmistificar a narrativa do capitalismo onde os territórios apenas são vistos como espaços “sem vida” e que devem ser voltados apenas para finalidades que atendam exclusivamente às suas necessidades, contribuindo com uma importante e essencial releitura do território que, em sua maioria, não engloba o ser humano, seus modos de vida e sua relação com a natureza.

O mapeamento comunitário, por sua vez, também se faz importante dentro do processo metodológico da cartografia social, pois é justamente a partir dele que a comunidade expõe as violações territoriais, sociais (como a grilagem de terras, a marginalização dos moradores, as formas compulsórias de desterritorialização das comunidades, dentre outras) e ambientais (como a devastação dos mangues e mata atlântica, os barramentos dos rios e consequente perda do direito a manutenção da vida de moradores e vidas que dependem do território das águas, etc.), possibilitando não somente mostrar suas relações entre o território, mas também dar a devida visibilidade aos conflitos proporcionados pelo Estado e Capital que passa “despercebido” junto aos mapas oficiais.

E é justamente isso que vem sendo feito no âmbito desta pesquisa nos territórios estudados, a partir de levantamentos feitos pela própria comunidade afetada, utilizando como parâmetro metodológico as oitivas dos gêneros, as lideranças comunitárias e, sobretudo, das variadas faixas etárias que constituem aquele espaço, demonstrando as mudanças do território vivido nos mapas em consonância com as mudanças atuais existentes.





## REFERÊNCIAS:

DIEZ TETAMANTI, JUAN MANUEL. Hacia Una Geografía Comunitaria: Abordajes desde la Cartografía Social y los Sistemas de Información Geográficos (Spanish Edition) (p. 36). EDUPA, 2014.

HISTORICO DE SUAPE. Disponível em:

<http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/historico-de-suape>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: (ORG), H. A. Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: IPPUR - UFRJ, 2008. Cap. 02, p. 168.

LIMA, Paulo Cesar Vicente de. Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. CIMOS – MPMG. Belo Horizonte, 2014.

O QUE É SUAPE. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/o-que-e-suape>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

SILVA, Girlan Cândido da. Relações de poder, trabalho, disputas pelo território e economia solidária no contexto da zona da mata sul de Pernambuco: um estudo sobre a usina Catende. Dissertação de Mestrado PPGEO-UFPE. Recife, 2011.

VIANA, Diego. Mapas ajudam a reconhecer terras indígenas e quilombolas: cartografia histórica, mapeamento participativo e outras iniciativas são recursos na luta pela demarcação de territórios. Revista Pesquisa, ed.327, 2023. Disponível em:

<https://revistapesquisa.fapesp.br/mapas-ajudam-a-reconhecer-terras-indigenas-e-quilombolas>. Acesso em 10 de novembro de 2023.